

Esquerda e direita em disputa na Argentina

Política brasileira acompanha de perto o segundo turno no país vizinho

Por Rudolfo Lago

Na década de 1980, uma propaganda de vodca mostrava no espelho um homem sem rêsaca refletindo outro que tinha acabado de beber. O reflexo no espelho dizia ao outro: “Eu sou você amanhã”. Desde então, a propaganda tem sido usada por alguns analistas políticos para refletir as coincidências entre Brasil e Argentina. O que acontece em um país parece acontecer no outro depois. É o que foi batizado de “efeito Smirnoff”. Há alguns anos, o Brasil experimenta uma polarização entre esquerda e direita personificada nas figuras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nestas eleições, a mesma polarização chegou à Argentina.

Com 91,34% das urnas apuradas por volta das 22h de domingo, o resultado das eleições argentinas indicava um segundo turno entre o candidato peronista de esquerda Sergio Massa, ministro da Fazenda do atual governo Alberto Fernández, do Union por La Patria, e o candidato de extrema-direita Javier Milei, do La Libertad Avanza. De acordo com as urnas apuradas, Massa tinha 36,33% dos votos, e Milei, 30,18%. Esse resultado indica um segundo turno entre os dois. A terceira colocada, Patricia Bullrich, candidata de centro-direita ligada ao ex-presidente Mauricio Macri, vinha em terceiro, com 23,82%.



Pimenta comemorou a vitória de Sergio Massa

O resultado do segundo turno é uma incógnita. Mas os analistas argentinos consideram que, dado o extremismo de Milei, a maior parte dos eleitores de Patricia Bullrich acabe migrando para Sergio Massa. Nas últimas semanas, as análises na Argentina eram de que as chances de Milei eram maiores caso ele vencesse no primeiro turno. Ele mesmo procurava reverberar isso mais cedo, quando votou na Universidade Tecnológica Nacional, no bairro de Almagro, em Buenos Aires. “Vamos resolver no primeiro turno, porra!”, disse o candidato.

Por volta das 22h, Patricia

fez um pronunciamento no qual reconheceu sua derrota. “Não vivemos em um país normal. Vivemos nesta Argentina”, afirmou. E completou: “Não vamos ceder ao populismo”.

A alta polarização acabou por gerar confusão em Buenos Aires. Milei votou cercado de militantes, em meio a bate-boca, palavras de ordem e até um coro de “Parabéns para Você” [Milei completou no dia da eleição 53 anos].

As emoções com relação a Javier Milei não são neutras. Entre outras promessas de campanha, Milei promete dolarizar a economia argentina, tirar seu país do Mercosul e romper relações co-

merciais com a China, hoje principal parceiro, e com o Brasil, o maior parceiro do continente. De extrema-direita, Milei não admite relações com países de esquerda, como Brasil e China. Promessas que geram preocupação no Brasil. Entre empresários da indústria, do agronegócio e dentro do governo. Mas também geram esperança para a direita brasileira.

Redenção

Para a direita brasileira, depois da derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições do ano passado, seria a possibilidade de redenção dos grupos mais conservadores. Há quatro anos, quando

Bolsonaro tornou-se presidente, a direita governava dez países no continente. Hoje, governo somente três: Paraguai, Uruguai e Equador. A direita brasileira avalia a chance de uma recuperação a partir da Argentina, especialmente se, no Estados Unidos, Donald Trump conseguir retornar nas eleições no ano que vem.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) viajou para a Argentina para acompanhar o pleito de perto. Ele foi acompanhar de perto a eleição de um candidato a deputado do mesmo partido de Milei, Nahuel Sotelo. “Acho que Milei ganha no primeiro turno”, previa Eduardo Bolsonaro mais cedo.

Preocupação

Da mesma forma, a esquerda brasileira acompanhou de perto as eleições. O PT e o Psol mandaram representantes à Argentina. Na quinta-feira (19), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já reconhecia a preocupação.

“É natural que eu esteja [preocupado]. Uma pessoa que tem como uma bandeira romper com o Brasil, uma relação construída ao longo de séculos, preocupa. Em geral, nas relações internacionais, você não ideologiza a relação”, disse Haddad.

Divulgado o resultado, logo políticos de esquerda começaram a repercutir o resultado. “Uma forte resposta do povo argentino nas urnas hoje”, comemorou o mi-

nistro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta. “Parabéns ao primeiro colocado na eleição desse domingo”. Em seu X (antigo Twitter), Pimenta publicou uma foto sua com Sergio Massa.

Rompimento

Independentemente das posições ideológicas, a possibilidade de rompimento da relação com a Argentina com uma vitória de Milei é a grande preocupação brasileira. A Argentina é o terceiro principal destino das exportações brasileiras. Em contrapartida, o Brasil é o maior importador de produtos argentinos. Em 2022, foram US\$ 15,3 bilhões em exportações do Brasil para a Argentina, e US\$ 13,1 bilhões de importações pelo Brasil de produtos argentinos.

A crise argentina, com uma inflação anual de 140%, já vinha afetando os resultados desse comércio entre os dois países, independentemente da escolha que foi feita nas eleições. Em dez anos, esse fluxo comercial experimentou uma queda de 15%. Uma eventual vitória de Milei, porém, transformaria a tendência de piora nessas relações em um fato consumado.

Um rompimento total impactaria principalmente alguns setores da economia tanto brasileira quanto argentina, como o agronegócio, a indústria têxtil e a indústria automotiva.

(Com Agência Folha)

Veto parcial do Marco Temporal desagrada ruralistas e ambientalistas

Ao Correio, especialista alerta para trecho que permite exploração de terceiros em terras indígenas

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 2903/2023 que implementava o Marco Temporal das terras indígenas, nesta sexta-feira (20). Ele vetou a base do projeto, que determinava que os povos indígenas teriam direito de ocupar apenas as terras em que já estavam ou disputavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Porém, o presidente sancionou alguns trechos que definem regras para as demarcações.

“Sobram alguns artigos que tem coerência com a tradição da política indigenista, desde a Constituição de 1988 e têm a constitucionalidade confirmada”, disse o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Lula seguiu seu voto baseado na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou o texto base como inconstitucional. Após divergências internas entre a ala ambiental e a ala política do governo, o presidente optou pelo veto parcial da medida após uma reunião com a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, Alexandre Padilha e o advogado Geral da União, Jorge Messias.

“Vamos dialogar e seguir trabalhando para que tenhamos, como temos hoje, segurança jurídica e também para termos respeito aos direitos dos povos originários”, escreveu o presidente em uma rede social.

Artigo “grave”

Ao Correio da Manhã, o advogado de causas indígenas e analista político Melillo Dinis



Lula com ministros após o veto parcial do Marco Temporal

chama a atenção para o artigo 26 do texto sancionado, que julgou como “grave”. O artigo determina que “é facultado o exercício de atividades econômicas em terras indígenas, desde que pela própria comunidade indígena, admitidas a cooperação e a contratação de terceiros não indígenas”.

Para Melillo, o “grave” é a admissão da possibilidade da entrada de terceiros nas áreas indígenas. “Rompe-se com o usufruto exclusivo dos povos indígenas (matéria constitucional), atende interesses de terceiros e promove a partir de agora o aumento da pressão e do assédio sobre as comunidades e lideranças indígenas por parte de terceiros interessados em “cooperação”: extração de madeira, uso de áreas de pesca e caça, garimpo, plantio de commodities em terras indígenas, tudo sob o controle de terceiros”, destacou o analista político.

Ruralistas

Se ambientalistas como o advogado temem trechos mantidos, os ruralistas, que defendem a instalação do Marco Temporal, demonstram toda a sua insatisfação.

Como Lula vetou o texto base do projeto de lei, ele retorna agora para análise do Congresso Nacional nesta terça-feira (24). O Congresso pode manter ou derrubar os vetos feitos pelo presidente. Caso os congressistas optem por derrubar o veto, o trecho barrado pelo presidente passa a valer e se torna lei. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) adiantou que irá votar para derrubar o veto presidencial. Estão inscritos na Frente Parlamentar de Agricultura 374 parlamentares, sendo 324 deputados.

“Diante das decisões recentes responsáveis por estimular conflitos entre a população rural brasileira – indígenas ou não, em

desrespeito à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a FPA não assistirá de braços cruzados a ineficiência do Estado Brasileiro em políticas públicas e normas que garantam a segurança jurídica e a paz no campo. Buscaremos a regulamentação de todas as questões que afetam esse direito no local adequado, no Congresso Nacional”, declarou a Frente da Agropecuária, por meio de nota.

Se o veto for derrubado e o texto mantido na lei, o destino do Marco Temporal será novamente o Supremo Tribunal Federal. Como o STF já julgou o texto inconstitucional uma vez, provavelmente, em caso de novo questionamento, tomará a mesma posição.

“A Lei entra em vigor. E, como já articulado pelos movimentos sociais e indígenas, haverá novos processos no STF”, adiantou Melillo Dinis.

Consórcio Cosud assina tratado em prol da Mata Atlântica

Os governadores dos sete estados brasileiros das regiões Sul e Sudeste, que compõem o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), assinaram no sábado (21) o Tratado da Mata Atlântica, um conjunto de metas ambientais que prevê o plantio de 100 milhões de mudas de espécies nativas em ações de reflorestamento nessas regiões até 2026. O único governador que não participou da cerimônia, em São Paulo, foi o de Santa Catarina, Jorginho Mello.

Segundo o governador do Paraná, Ratinho Júnior, que preside o Cosud, esse é o primeiro ato do consórcio, que pretende ser referência para o mundo. “O nosso principal ato é olhar para a sustentabilidade. Mas não apenas com discursos. Queremos, de fato, mostrar que esses estados têm políticas públicas transformadoras e que passam a ser referência para o mundo. Esse será o maior plantio de árvores nativas do planeta. Serão 100 milhões de árvores plantadas na Mata Atlântica, o que corresponde a mais de 90 mil

hectares que serão reconstruídos, fazendo desse projeto um grande corredor verde”, disse o governador, ressaltando que a proposta também prevê a criação de um corredor azul, com ações voltadas para a preservação das áreas que margeiam o Oceano Atlântico.

O acordo prevê ainda a criação de um plano integrado para o enfrentamento de eventos extremos, como chuvas e estiagens, e a intensificação de fiscalização ambiental e de combate ao desmatamento ilegal.

Os governadores assinaram ainda a Carta de São Paulo, que consolida uma agenda de compromissos na área ambiental e de segurança pública, entre outros pontos, como o combate às desigualdades sociais. O documento reitera a defesa dos integrantes do Cosud pelo aprimoramento da legislação penal para endurecer punições.

O Cosud criado em março de 2019 para reunir os estados das duas regiões e discutir cooperação em temas como segurança pública, meio ambiente, educação, saúde e turismo.

Governo de SP



Governadores debatem as diretrizes do tratado